

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-509-1

2025

César Nardelli Cambraia

**ASPECTOS
DA TOPONÍMIA
DA CIDADE DE
BELO HORIZONTE:
ANTROPOTOPÔNIMOS
CATEGORIZADOS EM UMA
PERSPECTIVA HISTÓRICA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-509-1.4

RESUMO:

Este estudo teve como objetivo analisar os antropotopônimos categorizados (compostos por indicador de categoria social e nome próprio) na história de topônima da Cidade de Belo Horizonte de 1895 a 2025. A análise, que se baseou em conceitos de topônima adaptados de Dick (1990) e na abordagem principiológica de Cambraia e Seabra (2024, 2025), foi feita a partir de um *corpus* formado por topônimos da referida cidade coletados em fontes de natureza diversa (normas, croquis de parcelamento, guias de ruas e mapas). Testou-se a hipótese de que houve uma expansão gradual nos tipos de antropotopônimos categorizados ao longo da história da topônima da Cidade de Belo Horizonte em função de um processo de democratização desse gênero de homenagem, a qual foi confirmada, tendo em conta as 120 categorias atestadas. Verificaram-se ainda aspectos como os caminhos para esse tipo de atribuição (pressão de classe, expoéncia na área e comoção coletiva), as assimetrias entre os campos da religião (movimento ascendente) e do Estado (movimento descendente), a cronologia de implementação por gênero (geralmente categorias do gênero masculino precedendo as do feminino), dentre outros.

Palavras-chave: Topônima; Cidade de Belo Horizonte; Antropotopônimos; Linguística Histórica.

INTRODUÇÃO

A Cidade de Belo Horizonte tem como uma de suas particularidades ter sido planejada em fins do séc. XIX. Essa característica é especialmente relevante em termos de toponímia, porque, diferentemente de cidades antigas, hoje capitais, como São Paulo e Salvador, os nomes de seus logradouros foram todos atribuídos apenas entre fins do séc. XIX e princípios do séc. XXI, o que constitui um espaço de tempo relativamente curto considerando as outras capitais mencionadas. No entanto, ainda assim se constatam transformações interessantes nas práticas de atribuição de topônimos para a capital do Estado de Minas Gerais. No presente trabalho, analisa-se um tipo específico de topônimos — os antropotopônimos categorizados — atribuídos na Cidade de Belo Horizonte entre 1895 e 2025, perfazendo, portanto, 130 anos de atividade toponímica.

A CIDADE DE BELO HORIZONTE E A ATRIBUIÇÃO DE SEUS TOPÔNIMOS

Em fins do séc. XIX, logo após a Proclamação da República, formou-se um movimento visando a transferência da capital do Estado, então Cidade de Ouro Preto, para outra localidade. Tendo sido eleito em 1893 o Arraial de Belo Horizonte (antes chamado *Arraial do Curral d'El-Rey*), constituiu-se, em seguida, a Comissão Construtora da Nova Capital em 1894 e a inauguração da cidade ocorreu, por fim, em 12 de dezembro de 1897. A cidade planejada compreendia três zonas (urbana, suburbana e sítios), cujos nomes de logradouro estavam previstos na planta aprovada em 15 de abril de 1895 (DE 817)¹.

¹ Adotaram-se aqui as seguintes abreviaturas: DE = Decreto Estadual; LM = Lei Municipal, DM = Decreto Municipal; DLM = Decreto-Lei Municipal; RM = Resolução Municipal; CP = Croqui de Parcelamento.

Posteriormente, a partir de 1896, a zona suburbana teve parte de sua área distribuída entre cinco núcleos coloniais (Núcleo Colonial Carlos Prates, Núcleo Colonial Córrego da Mata [depois Núcleo Colonial Américo Werneck], Núcleo Colonial Bias Fortes, Núcleo Colonial Adalberto Ferraz e Núcleo Colonial Afonso Pena), além de um sexto na região da Fazenda do Barreiro (Colônia da Vargem Grande) — esses núcleos foram incorporados à zona suburbana entre 1911 e 1923. Por fim, iniciou-se a partir de 1919, a aprovação de vilas geralmente fora das zonas urbana e suburbana.²

A atribuição de topônimos na Cidade de Belo Horizonte iniciou-se formalmente, como já mencionado, com o DE 817, que aprovou a planta dessa localidade. Posteriormente, a atribuição passou a ser aprovada oficialmente através de diferentes instrumentos: seja através da aprovação de croquis de parcelamento submetidos à Prefeitura para cada loteamento, seja através de normas como leis, decretos, decretos-lei e resoluções. Esse tema é regulado atualmente pela LM 9691 (19/01/2009)³, que já recebeu alterações desde então.

A TOPONOMÁSTICA E AS MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS

A toponomástica é o campo do saber que se ocupa do estudo da toponímia, que constitui, por sua vez, o conjunto de topônimos (nomes próprios de lugar) de uma localidade.

2 Para descrição mais extensa desse processo, cf. Cambraia e Seabra (2025, p. 15-29).

3 Anteriormente, o tema foi regulado principalmente pelos seguintes diplomas: LM 491 (26/08/1955), LM 879 (08/07/1961), LM 1585 (28/11/1968), LM 5980 (14/10/1991) e LM 6916 (01/08/1995). Mas há breves dispositivos com regulamentação de aspectos pontuais em outros diplomas desde, pelo menos, a LM 42 (13/11/1909); cf. arts. 2º e 3º.

De acordo com Dick (1990, p. 10-14), um topônimo se liga à entidade geográfica que identifica e é composto geralmente de duas partes: um elemento genérico, referente à entidade em questão, e um elemento específico, particularizador da noção espacial, ao identificá-la e singularizá-la dentre as demais. No que se refere à motivação, Dick (1990), considera que ela se manifesta em dois momentos:

primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico;

e, a seguir, na própria origem semântica da denomi[nação], no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (DICK, 1990, p. 18).

Para dar conta da motivação dos topônimos, Dick (1990) propôs uma taxonomia dividida em dois grandes grupos (natureza física e antropocultural), compreendendo o primeiro 11 taxes, como astrotopônimos (referentes a corpos celestes em geral), hidrotopônimos (referentes a acidentes hidrográficos), dentre outros, e o segundo 15 taxes, como animotopônimos (referentes à vida psíquica e cultura espiritual), antropotopônimos (referentes a nomes próprios individuais), dentre outros.

Embora a taxonomia de Dick (1990) venha sendo aplicada há décadas e de forma bastante produtiva no Brasil, ela apresenta certas limitações. A questão central pertinente ao presente estudo está na dispersão que gera em relação aos topônimos com referência a pessoas individuais ou em grupos (os exemplos a seguir pertencem à toponímia atual da Cidade de Belo Horizonte): antropotopônimos (p. ex., *Avenida Afonso Pena*), axiotopônimos (p. ex., *Avenida Presidente Antônio Carlos*), historiotopônimos (p. ex., *Rua dos Inconfidentes*), sociotopônimos (p. ex., *Rua dos Ferroviários*),

etnotopônimos (p. ex., *Rua dos Tupís*) e hagiotopônimos (p. ex., *Rua São Bento*). Uma taxe que reunisse todos esses casos é relevante, considerando a importância que tradicionalmente se dá à atribuição de nomes de pessoa a logradouros, que consiste no que se denominou Princípio do Vetor Antropônimo⁴. Até que se proponha um novo modelo de taxionomia para as motivações topográficas, é necessário trabalhar com adaptações operacionais ao modelo de Dick (1990). No presente estudo, adota-se uma taxe a que se denominará de *antropotopônimo categorizado*, ou seja, topônimo composto por indicador de categoria social e nome próprio, tal como em *Avenida Presidente Carlos Luz, Rua São Sebastião, Rua Escravo Isidoro*, etc. Tal decisão permitirá avaliar como foi o processo de visibilização de categorias sociais vinculadas a pessoas específicas ao longo do tempo na toponímia da Cidade de Belo Horizonte.

OBJETIVO, HIPÓTESE DE TRABALHO E METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo buscar compreender como foi o processo de atribuição de antropotopônimos categorizados na Cidade de Belo Horizonte de 1895 a 2025. A hipótese de trabalho a ser testada é a de que *houve uma expansão gradual nos tipos de antropotopônimos categorizados ao longo da história da toponímia dessa cidade em função de um processo de democratização desse gênero de homenagem*. Para testar essa hipótese, fez uma coleta de dados referentes à antropotopônimos categorizados dessa localidade a partir de um conjunto heterogêneo de fontes: (a) normas⁵ da

4 "Topônimos novos devem ser na direção de antropotopônimos" (Cabraia; Seabra, 2024, p. 22)

5 Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>.

base digital de legislação da Câmara Municipal de Belo Horizonte; (b) croquis de parcelamento do Sistema de Informações Urbanísticas e Endereços⁶ da Prefeitura da Cidade de Belo Horizonte; (c) edições diversas do *Guia Rivera* (anos de 1952, 1954, 1958, 1965-1966, 1969-1970, 1972, 1977, 1983, 1988-1989, 1990, 1991, 1993-1993 e 1995), (d) relações de logradouros da Cidade de Belo Horizonte emitidas por órgãos da prefeitura (em especial, as de 1928 e 1944) e (e) mapas, incluindo principalmente a base BHMAP⁷ mantida pelo setor de Infraestrutura de Dados Espaciais da prefeitura. Não se coletaram casos de antropônimos categorizados indiretos, como em *Rua Engenheiro Correia* (referente a nome de cidade), *Rua Conselheiro Mata* (referente a nome de cidade), etc. Os topônimos com títulos nobiliárquicos foram coletados apenas se apresentassem parte do nome próprio do detentor: coletou-se *Rua Visconde de Taunay*, mas não *Rua Barão de Aiuruoca*. Dada a grande complexidade no manejo de tantas fontes para reconstruir a cronologia de emergência de cada categoria na toponímia da Cidade de Belo Horizonte, considerou-se produtivo disponibilizar os resultados na seção Anexo ao final deste texto.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Um primeiro aspecto que se pode verificar em relação à evolução dos antropotopônimos categorizados na toponímia da Cidade de Belo Horizonte entre 1895 e 2025 é seu notável aumento: enquanto havia apenas 3 (1,0%) dentre os 289 constantes do conjunto

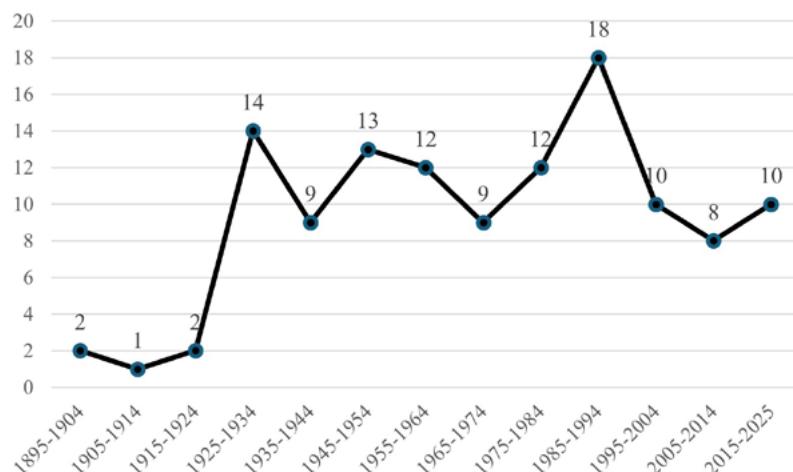
6 Disponível em: <https://siurbe.pbh.gov.br/#/plantas>.

7 Disponível em: <https://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo>.

documental cartográfico de 1895-1897⁸, já na base do BHMAP, consultada em 20/11/2025, constavam 2197 (13,5%) dentre os seus 16295 registros com denominação⁹. Esse aumento certamente está vinculado à intensificação histórica da aderência ao Princípio do Vetor Antropotoponímico na cidade: se aumenta o número de logradouros que são antropotopônimos, então há mais espaço para um tipo específico deles, o de categorizados.

Outro aspecto que pode ser considerado com base nos dados coletados é a evolução do número de categorias, como se vê pelo gráfico abaixo, por décadas:

Gráfico 1 – Número de categorias novas por década nos antropotopônimos da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração nossa.

⁸ Trata-se de um conjunto formado por quatro documentos cartográficos vinculados à Comissão Construtora da Nova Capital: para descrição mais detalhada, cf. Cambraia e Seabra (2022a).

⁹ Na base do BHMAP, na data consultada, constavam 16521 registros, mas 226 são apresentados como “sem nome”: então há 16295 registros efetivamente com denominação atribuída (seja oficialmente, seja informalmente).

Os dados do gráfico 1 revelam que um grande salto ocorreu na década de 1925-1934. O que caracteriza essa década é o início da aprovação efetiva do loteamento de vilas fora dos limites do perímetro originalmente planejado para a cidade no projeto de 1895, aprovação após a qual se seguiu a atribuição de um grande número de novos topônimos: dos 289 do conjunto documental de 1895-1897, passou-se a 1190 topônimos atestados no indicador de ruas de 1935, revelando assim um aumento de aprox. 4 vezes, e os antropotopônimos (categorizados ou não), que eram 28 (9,7%) em 1895-1897, passaram a 325 (27,3%) em 1935, um aumento de mais de 11 vezes (Cambreia; Seabra, 2025, p. 298). Como dito antes, se há mais antropotopônimos, há naturalmente mais chances para antropotopônimos categorizados.

Depois dessa mudança de patamar de 1915-1924 para 1925-1934, houve uma certa estabilização, com uma média de aprox. 11 novas categorias por década. O único aumento notável se vê na década de 1985-1994, com 18 novas categorias. Desse conjunto, um número relevante se refere ao loteamento do então bairro Tupi (com topônimos já atestados no Guia Rivera de 1988-1989), cuja aprovação definitiva se deu apenas mais tarde e no qual já apareciam as categorias cantora, escritor, escritora, pintor e pintora: trata-se de uma inovação interessante, porque se começou a valorizar figuras vinculadas à cultura.

No que se refere à produtividade das categorias, percebem-se claramente discrepâncias. Enquanto algumas foram adotadas em grande número de topônimos, outras ficaram restritas a apenas poucos, como se vê na tabela abaixo, considerando os dados de 2025:

Tabela 1 – Produtividade dos antropotopônimos por categoria em 2025¹⁰

Quantidade de logradouros por categoria	Número de categorias	Categorias
1 a 5	71	<i>abadessa, aluna, beata, cantor, capitã, cardeal dom, chefe, cheik, cineasta, compositor, corretor, costureira, deputada, desbravador, doadora, empresário, enfermeira, escritora, ex-combatente, farmacêutica, ferroviário, garçom, geólogo, guarda, industrial, intendente, maquinista, motoqueiro, pastorinho, patrulheiro, promotor, publicitário, rei, reitor, senhora, soror, tabelião, teclão, tenente coronel (1); beato, brigadeiro, cantora, coletor, comandante, confrade, diácono, doutora, educador, embaixador, escravo, escritor, irmão, operário, pastora, pintora, reverendo, rotariano, seu (2); almirante, barão, conde, cônsul, farmacêutico, pai, prefeito, tio, visconde (3), arquiteto, cardeal, inspetor, tia (4)</i>
6 a 10	12	<i>delegado, detetive, governador (6); irmãos, mestre, papa, poeta (7); cabo, juiz (8); irmã (9); comendador, princesa (10)</i>
11 a 50	25	<i>ministro, senhor/sr. (11); maestro, major, soldado (12); cônego, madre, marezhal (14); capitão, senador (15); monsenhor (16); sargento (17); conselheiro, general (19); presidente (20); pintor, vereador (21); pastor (24); professora, tenente (26), frei (34), deputado (35); expedicionário (39); jornalista (43); engenheiro (44)</i>
51 a 100	6	<i>desembargador (53); dom (62); santo (64); radialista (77); coronel (90); padre (99)</i>
Mais de 100	5	<i>dona/d. (111); doutor (152); professor (167); santa (175); são (404)</i>

Fonte: Elaboração nossa.

Os dados da tabela 1 permitem ver que nada menos que 39 categorias (32,5%) foram atribuídas a apenas um logradouro e 71 (59,2%) a, no máximo, 4 deles. A raridade de certas categorias deve refletir, em parte, a raridade do cargo, como no caso de abadessa, cardeal, reitor, dentre outros, mas não se trata de um fator categórico, já que há, p. ex., mais logradouros com papa do que com cardeal.

¹⁰ A soma do número de categorias perfaz apenas 119, porque há uma que atualmente não consta mais da toponímia da cidade: *nhonhô*.

Outro aspecto que influencia na raridade de logradouros é a obsolescência, já que há cargos que desapareceram no curso da história, como intendente, comendador, coletor, dentre outros, mas também não é questão categórica, porque houve número relevante de atribuições em épocas passadas, que ainda persistem, como no caso de conselheiro.

Cruzando-se os dados do gráfico 1, que mostram certa estabilidade em categorias novas por década, e os da tabela 1, que revelam pouca produtividade da maioria das categorias, pode-se chegar à conclusão de que a hipótese de trabalho deste estudo procede: *houve uma expansão gradual nos tipos de antropotopônimos categorizados ao longo da história da toponímia da Cidade de Belo Horizonte em função de um processo de democratização desse gênero de homenagem.* Isso significa que, mais do que explicitar a categoria social em que a pessoa homenageada se encaixa em cada caso, o objetivo tem sido o de dar visibilidade à diversidade de categorias sociais em si, razão pela qual, tendo emergido uma dada categoria no sistema toponímico pelo menos uma vez, não se fez mais necessário sempre lançar mão dela na atribuição de novas denominações vinculadas a pessoas. Do ponto de vista histórico, está claro que a visibilização de categorias sociais na toponímia é uma política iniciada já de longa data e ainda em curso.

Evidenciada a existência dessa política de visibilização, resta ainda buscar compreender como emerge cada categoria. Não parece haver um caminho único para a implementação dessa política.

A fonte mais óbvia parece ser a pressão da própria classe que a categoria nomeia. Tal é o que se verifica no caso da emergência de *tenente* e *capitão* na toponímia da cidade, promovida pelo DM 22 (12/06/1935), no qual consta em seu *caput*: "O Prefeito de Belo Horizonte, usando de atribuições legais, e desejando prestar homenagens a oficiais da Fôrça Pública, mortos em combate, no cumprimento do dever, decreta: (...)" No entanto, no relatório anual

desse prefeito, ele mesmo esclarece: "Atendendo a pedido dos seus colegas de armas, igual homenagem [isto é, 'dotar alguns logradouros públicos com os nomes de pessoas já falecidas'] foi prestada aos oficiais, legalistas ou revoltosos, mortos na Revolução de 1930" (Lima, 1937, p. 34, itálicos nossos). Essa pressão da classe pode ser feita por meio de representante seu eleito, como foi o caso da LM 4832 (05/10/1987), de iniciativa do vereador Edson Andrade, ele próprio radialista, a qual promoveu a atribuição de 74 denominações de rua no Bairro Céu Azul, todas elas com o termo *radialista* junto do antropotopônimo¹¹. É bem possível que um dos sinais de que seja caso de pressão de classe esteja na atribuição, de uma só vez, de mais de um topônimo com a denominação da categoria em questão.

Mas, considerando as 120 categorias constatadas na história da toponímia da Cidade de Belo Horizonte, é pouco provável que a maioria tenha sido por essa via. Há numerosos casos de atribuição em que o vereador que foi autor da iniciativa não pertencia à categoria contemplada, embora possivelmente devesse ter algum tipo de afinidade com ela em sua história de vida.

Além da pressão de classe, a emergência de novas categorias parece ter decorrido de a pessoa homenageada ter sido um expoente em seu campo de atuação, um expoente para além dos limites da cidade ou do estado, como no caso da escritora Clarice Lispector, do cantor Luiz Gonzaga, dentre outros.

Certos casos muito restritos e específicos parecem ter emergido em função de comoção coletiva referente a evento intrinsecamente relacionado à categoria a que o homenageado pertencia. Já se

11 Vê-se aqui a expressão do Princípio da Unidade Temática em ação: "topônimos de um novo parcelamento devem apresentar unidade temática, ou seja, mesmo tema" (Cambreia; Seabra, 2025, p. 315, versão revista). Outro exemplo de loteamento cuja unidade temática aumentou sensivelmente de uma só vez os antropotopônimos categorizados com *são/santo/santa* foi o da então Vila São Francisco de Assis, atual Bairro São Francisco, cujos numerosos casos de duplicidade com logradouros de outros loteamentos devem ter motivado a substituição por topônimos de outro tema, o de cidades portuguesas: *Rua Viana do Castelo* (antiga *Rua São Sebastião*), *Rua Viseu* (antiga *Rua São Benedito*), etc.

mencionou aqui antes o caso de *tenente e capitão* referente a mortos em combate na Revolução de 1930, mas pode-se citar também o famoso caso do promotor de justiça Francisco José Lins do Rego Santos, assassinado por um ex-policial militar em 2002 a mando de empresário investigado por adulteração de combustíveis na Cidade de Belo Horizonte, ambos posteriormente condenados pela Justiça: desse episódio decorreu a atribuição, um ano depois, do topônimo *Rua Promotor Francisco Lins* na cidade (LM 8589, 13/06/2003), dando assim origem a uma nova categoria no sistema toponímico belo-horizontino: a de *promotor*. Se, por um lado, a atribuição simultânea numerosa de uma categoria parece ser decorrente de pressão de classe, por outro, a atribuição única de uma categoria parece derivar de casos de comoção coletiva. Mas, como já salientado, a emergência de novas categorias deve ter-se dado por vários caminhos.

A atribuição de antropotopônimos categorizados apresenta curiosamente uma assimetria de tendências entre os campos da religião (ascendente) e do Estado (descendente).

No campo da religião, constata-se historicamente uma tendência de movimento ascendente na hierarquia da Igreja Católica: *padre* (1895) → *cardeal* (1930-1936) → *papa* (1978), com oscilações intermediárias como *frei* (1926) [religioso não necessariamente ordenado], *cônego* (1928), *monsenhor* (1935) [título honorífico a padre], *diácono* (1989) [religioso auxiliar a padre], *irmão* (1997) [o mesmo que *frei*] e *cardeal dom* (2025).

No campo do Estado, verifica-se uma tendência de movimento descendente na hierarquia de cada área: (a) nas forças armadas, *marechal* (1895) → *general* (1918) → *coronel* (1927) → *major* (1927-1928) → *capitão/tenente* (1935) → *sargento* (1969-1972) → *cabo* (1997) → *soldado* (1998), com oscilação de *almirante* (1926), *tenente coronel* (1961) e *brigadeiro* (1978); (b) no executivo, *presidente* (1946) → *governador* (1973) → *prefeito* (1982) e *embaixador* (1970) → *cônsul* (1973); (c) no legislativo, *senador* (1932) → *deputado* (1963), com

oscilação de *vereador* (1948); e (d) no judiciário, *desembargador* (1928) → *juiz* (1958).

Apesar das oscilações, as tendências contrárias parecem claras. É importante salientar que essa cronologia não diz respeito simplesmente às pessoas que ocuparam os cargos referentes às categorias, porque o mais frequente foi homenageá-las colocando apenas o nome próprio. As tendências aqui citadas dizem respeito à presença da denominação da categoria junto do nome próprio nos topônimos. É bem provável que essas tendências contrárias ainda tenham sido repercussão do projeto republicano positivista que presidiu o processo de construção da nova capital, sob a égide da separação entre Estado e Igreja e da limitação dos poderes desta no governo, diferentemente do que ocorria na época da monarquia¹².

O reflexo da história social brasileira na toponímia se verifica também na cronologia de implementação de categorias femininas correlatas às masculinas, sendo aquelas quase sempre posteriores a estas: *dom* (1924) → *dona/d.* (1927), *doutor* (1924) → *doutora* (2014), *santo* (1926) → *santa* (1936), *capitão* (1935) → *capitã* (2001), *professor* (1936) → *professora* (1952), *deputado* (1963) → *deputada* (1984), *farmacêutico* (1976) → *farmacêutica* (1989), *senhor/sr.* (1999) → *senhora* (2011) e *tio* (2009) → *tia* (2013). Os dois casos inversos foram *irmã* (1947) → *irmão* (1997) e *cantora* (1983-1988) → *cantor* (1989). Houve, no entanto, alguns casos de simultaneidade: *escritor* e *escritora* (1983-1988), *pintor* e *pintora* (1983-1988), *pastor* e *pastora* (1983-1988), *radialista* [masc. e fem.] (1987) e *beato* e *beata* (2023). Os casos mais comuns, ou seja, os primeiros, refletem a natureza patriarcal da sociedade brasileira até meados da década de 1960, a partir de quando a luta pela igualdade de gêneros se acentuou.

12

Outra possível repercussão dessa orientação republicana seria a ausência de categorias como *rei*, *rainha* e *príncipe* com referência à família real (caso em que não se encaixa *rei Pelé*, por se tratar de uso metafórico do termo *rei*). Conseguiu escapar a essa restrição a categoria *princesa*, que emergiu entre 1936 e 1944 com dois logradouros no mesmo loteamento: *Rua Princesa Isabel* e *Rua Princesa Leopoldina* na então chamada Vila Campos Elíseos (CP 124-005-M), hoje Bairro Ipiranga.

Os resultados mais visíveis dessa luta na toponímia se veem nos casos de simultaneidade, não por acaso presentes apenas após a década de 1960, mais especificamente, a partir da década de 1980. Assim como ainda há casos de categorias apenas referentes ao sexo masculino na toponímia da cidade, seja por inexistência de figura do sexo feminino no posto (como no caso de *marechal*), seja pela falta de atribuição mesmo com sua existência no posto (como no caso de *desembargador*), há também casos de categorias apenas referentes ao sexo feminino na toponímia, como *abadessa* (1958), *enfermeira* (1986), *aluna* (ca. 2017), *costureira* (2025), dentre outros, sem que isso decorra de inexistência de figura do sexo masculino nas áreas em questão. Para compreender essas particularidades, certamente será necessário no futuro a consulta às justificativas apresentadas nos respectivos projetos de lei.

O exame do comportamento em relação aos antropotopônimos categorizados na toponímia da Cidade de Belo Horizonte revelou ainda que se trata de um tipo dinâmico e, por isso, complexo.

Constatam-se, p. ex., casos em que a lei determinava a presença da categoria, mas ela não foi incluída na prática: assim, a LM 295 (30/07/1952), previa "dar o nome de *Professora Benvinda de Carvalho* a uma rua da Capital" (itálicos nossos), mas o topônimo efetivamente atribuído foi o de *Rua Benvinda de Carvalho* (forma já atestada como tal em mapa de 1961 e no Guia Rivera de 1965). É possível que simplificações como essa visassem a atender ao Princípio da Extensão Limitada¹³, operante desde o início, já em 1895, no sistema toponímico da cidade.

Há também casos em que a atribuição se deu efetivamente com a categoria, mas ela foi suprimida posteriormente: tal é o caso de *Avenida Almirante Jaceguai* atribuída na então 3^a Seção Suburbana (CP 023-0001-K, 07/08/1928), hoje Bairro Gutierrez, topônimo que foi

substituído por *Avenida Francisco de Sá* (DM 95, 18/07/1941), sendo o topônimo anterior modificado para *Rua Jaceguai* para denominar o prolongamento da antiga Avenida Almirante Jaceguai feito sobre a canalização de pequeno trecho do Córrego do Pinto: neste caso, a modificação de avenida para rua talvez tenha influenciado na decisão de suprimir a categoria *almirante* na denominação.

Outro aspecto que demonstra a complexidade da história das categorias é o fato que de uma categoria pode emergir em uma época, ser suprimida em seguida e voltar tempos depois: tal é o que se deu com a categoria *general*, que ingressou no sistema com a LM 156 (31/10/1918) com *Rua General Mitre*, foi suprimida com o “revogação” promovido pela LM 182 (13/10/1919) (Cabraia; Seabra, 2022b), mas voltou com *Rua General Andrade Neves*, *Rua General Carneiro*, *Rua General Dionísio Cerqueira* e *Rua General Sampaio* simultaneamente atribuídos no loteamento da já referida 3^a Seção Suburbana em 1928. Não há, portanto, linearidade: ter entrado no sistema não significa ficar contínua e definitivamente nele.

Há casos também de oscilação na forma adotada na categoria: assim, p. ex., no loteamento da então Vila São João (CP 062-001-K, 19/11/1925), hoje Bairro Sagrada Família, consta um topônimo que aparece ora na forma de *Rua Santo Agostinho* (como na lista de ruas do relatório da prefeitura de 1926) ora na forma de *Rua São Agostinho* (como em lista de ruas do relatório da prefeitura de 1928). Essa oscilação transcendeu esses relatórios e repercutiu em mapas: *Rua São Agostinho* no mapa elaborado pela prefeitura em 1929 e *Rua Santo Agostinho* no mapa elaborado pela prefeitura em 1957.

Há casos em que houve reconsideração da categoria inicialmente prevista: assim, p. ex., a LM 1421 (29/11/1967) autorizou o prefeito a “dar o nome de Professor Newton de Paiva Ferreira a uma rua a ser aberta na Capital”, mas a LM 1455 (15/02/1968) determinou a atribuição da denominação “*Rua Dr. Newton de Paiva Ferreira*” no Bairro São Lucas, que é a vigente. Este caso é interessante por

evidenciar também que a categoria pode ser empregada na toponímia para fazer nova homenagem a uma mesma pessoa sem violar o Princípio da Unicidade¹⁴: por ocasião centenário de nascimento de Newton de Paiva Ferreira (Varginha/MG, 1905 – Belo Horizonte/MG, 1966), a LM 9212 (13/06/2006) determinou que ficava “criada e denominada Educador Newton Paiva Ferreira a praça situada no entroncamento das avenidas Presidente Carlos Luz e Américo Vesúcio e Rua do Trevo, no Bairro Caiçara”¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os antropotopônimos categorizados (compostos por indicador de categoria social e nome próprio) na história de toponímia da Cidade de Belo Horizonte de 1895 a 2025. A análise foi feita com base *corpus* formado por topônimos da referida cidade coletados em fontes de natureza diversa e pôde-se confirmar a hipótese de que houve uma expansão gradual nos tipos de antropotopônimos categorizados ao longo da história da toponímia da Cidade de Belo Horizonte em função de um processo de democratização desse gênero de homenagem.

Um aprofundamento possível para o futuro em relação a este tema será consultar todos os projetos de lei referentes à primeira ocorrência de cada categoria para verificar se é apresentada alguma justificativa especial para a presença do termo que nomeia a categoria em cada caso. Mas, de pronto, deve-se reconhecer que,

14 “Um topônimo não deve apresentar duplidade” (Cambraia; Seabra, 2024, p. 5).

15 Trata-se de caso em que se observou o Princípio da Relação Tópica, isto é, “topônimos devem a ser atribuídos a logradouros com vínculo com sua referência” (Cambraia; Seabra, 2025, p. 320), pois a referida praça fica ao lado de um dos *campi* do Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira, instituição de ensino superior fundada pelos filhos do homenageado em 1972, o qual tinha fundado antes o Colégio Anchieta em 1935.

em muitos casos, sobretudo os mais antigos, com toponímia oficializada pela aprovação dos croquis de parcelamento dos loteamentos, o único caminho possível é o de analisar a biografia do proprietário do loteamento para se identificarem, por inferência, as prováveis motivações.

REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. Variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte. **Investigações**, Recife, v. 35, n. 2, p. 1-36, 2022a. DOI: <http://dx.doi.org/10.51359/2175-294x.2022.254329>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. A batalha dos topônimos: reversão toponímica nos primórdios da Cidade de Belo Horizonte. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 9, p. 84-100, 2022b. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7713>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. Princípios de estruturação da toponímia urbana: uma análise comparativa da toponímia do primeiro trintênia da Cidade de Belo Horizonte. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 68, e18222, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e18222>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CAMBRAIA, C. N., SEABRA, M. C. T. C. **Fontes para o estudo da toponímia da Cidade de Belo Horizonte**: Indicador de Ruas do Almanak Laemmert de 1935. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Disponível em: https://pedrojoaoeditores.com.br/?arquivo_download=12786. Acesso em: 24 nov. 2025.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antropónima no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

LIMA, O. N. **Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935-1936**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1935-1936-Octacilio-Negrao-de-Lima.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ANEXO

Cronologia da primeira ocorrência por categoria¹⁶

1º	marechal	<i>Praça Marechal Deodoro*</i>	DE 817, 15/04/1895
1º	padre	<i>Rua Padre Marinho e Rua Padre Rolim</i>	DE 817, 15/04/1895
3º	general	<i>Rua General Mitre*</i>	LM 156, 31/10/1918
4º	dom	<i>Rua Dom Viçoso e Rua Dom Silvério</i>	DM 3, 09/10/1924
4º	doutor	<i>Rua Doutor Lund</i>	DM 3, 09/10/1924
6º	conselheiro	<i>Rua Conselheiro Dantas e Rua Conselheiro Saraiva</i>	CP 500-014-0, 10/04/1926
6º	frei	<i>Rua Frei Caneca</i>	CP 500-014-0, 10/04/1926
8º	almirante	<i>Rua Almirante Barroso</i>	CP 092-001-N, 26/07/1926
9º	santo	<i>Rua Santo Agostinho</i>	Atestado em 06/09/1926
10º	escravo	<i>Rua Escravo Isidoro</i>	CP 101-001-G, 20/10/1926
11º	coronel	<i>Rua Coronel Camisão</i>	CP 100-003-K, 23/11/1927
11º	dona/d.	<i>Rua Dona Clara</i>	CP 064-002-G, 23/11/1927
13º	major	<i>Rua Major Goulart*</i>	Entre 31/09/1927 e 31/08/1928
14º	desembargador	<i>Rua Desembargador Bráulio e Rua Desembargador Saraiva</i>	CP 106-001-N, 28/05/1928
15º	cônego	<i>Rua Cônego Rocha Franco</i>	CP 023-0001-K, 07/08/1928
16º	são	<i>Rua São Bento e mais 3 denominações</i>	Atestado em 31/08/1928
17º	comendador	<i>Praça Comendador Malta*</i>	CP 064-001-I, 12/07/1929
18º	cardeal	<i>Praça Cardeal Arco Verde</i>	Entre 1930 e 1936
19º	senador	<i>Rua (Senador) Bueno Brandão e Rua (Senador) Gonçalves Chaves</i>	DM 151, 14/09/1932

16 Nos casos em que duas ou mais categorias foram criadas pelo mesmo instrumento, aplicou-se repetição do número de ordem, o qual foi considerado para a numeração da categoria seguinte (p. ex., duas categorias em 1895 receberam a colocação de 1º lugar cada uma e a seguinte recebeu a colocação de 3º). Asterisco indica que o antropotopônimo não faz parte atualmente da toponímia oficial da cidade na forma indicada. Forma entre parênteses é a que não ocorre mais na denominação atual.

20°	capitão	<i>Rua Capitão Procópio</i>	DM 22, 12/06/1935
20°	tenente	<i>Rua Tenente Garro e mais 4 denominações</i>	DM 22, 12/06/1935
22°	monsenhor	<i>Rua Monsenhor Horta</i>	DM 33, 18/07/1935
23°	conde	<i>Rua Conde Ribeiro do Vale</i>	CP 115-001-M, 16/10/1935
24°	santa	<i>Rua Santa Maria</i>	DM 82, 22/04/1936
25°	professor	<i>Rua Professor Moraes</i>	RM 4, 14/10/1936
26°	barão	<i>Avenida Barão Homem de Melo</i>	Atestado em 1936
27°	princesa	<i>Rua Princesa Isabel e Rua Princesa Leopoldina</i>	Entre 1936 e 1944
28°	mestre	<i>Rua Mestre Luís</i>	CP 022035-E, 02/11/1943
29°	presidente	<i>Avenida Presidente Antônio Carlos</i>	DLM 1615, 07/01/1946
30°	visconde	<i>Rua Visconde de Taunay</i>	CP 028-065-G, 09/11/1946
31°	irmã	<i>Rua Irmã Eufêmia</i>	CP 138-001-B, 11/12/1947
32°	intendente	<i>Rua Intendente Câmara</i>	CP 136-001-K, 05/01/1948
33°	chefe	<i>Rua Chefe Pereira</i>	LM 14, 18/03/1948
34°	vereador	<i>Alameda Vereador Álvaro Celso</i>	LM 61, 12/12/1948
35°	arquiteto	<i>Rua Arquiteto Morandi</i>	LM 77, 24/03/1949
36°	operário	<i>Rua Operário José Azevedo Filho</i>	LM 159, 17/07/1950
37°	expedicionário	<i>Rua Expedicionário Alício</i>	Proc. 640/1950
38°	maestro	<i>Rua Maestro Francisco Flores</i>	LM 292, 30/07/1952
39°	professora	<i>Rua (Professora) Benvinda de Carvalho</i>	LM 295, 30/07/1952
40°	engenheiro	<i>Rua Engenheiro Carlos Antonini</i>	CP 028-084-G, 03/09/1952
41°	coletor	<i>Rua Coletor Celso Werneck</i>	CP 500-216-I, 08/10/1954
42°	juiz	<i>Rua Juiz Costa Val</i>	LM 704, 03/05/1958
43°	abadessa	<i>Rua Abadessa Gertrudes Prado</i>	CP 042-094-E, 02/05/1958
44°	nhonhô	<i>Rua Nhonhô Brochado*</i>	Entre 1958 e 06/1965
45°	guarda	<i>Rua Guarda Custódio</i>	Entre 1958 e 06/1965
46°	industrial	<i>Rua Industrial José Costa</i>	LM 824, 04/05/1960
47°	jornalista	<i>Rua Jornalista Afonso Rabelo</i>	LM 889, 01/09/1961
48°	tenente coronel	<i>Rua Tenente Coronel João (Batista) de Assis</i>	LM 891, 09/10/1961+ LMB177, 23/05/2001

49°	ferroviário	<i>Rua Ferroviário Oromar (Estevão) Ribeiro</i>	LM 916, 10/02/1962
50°	tabelião	<i>Rua Tabelião Ferreira de Carvalho</i>	LM 997, 29/01/1963
51°	deputado	<i>Rua (Deputado) Viriato Mascarenhas</i>	LM 1014, 19/02/1963
52°	madre	<i>Rua Madre Gertrudes Comensoli</i>	LM 1012, 19/02/1963
53°	confrade	<i>Rua Confrade Machado</i>	LM 1040, 29/10/1963 + LM 1803, 05/05/1970
54°	irmãos	<i>Rua Irmãos Kennedy</i>	LM 1537, 26/09/1968
55°	detetive	<i>Rua Detetive Moacir Alves Garcia</i>	LM 1636, 15/04/1969
56°	ministro	<i>Rua (Ministro) Francisco Campos</i>	LM 1649, 07/05/1969
57°	poeta	<i>Rua (Poeta) Guilherme de Almeida</i>	LM 1750, 23/12/1969
58°	embaixador	<i>Rua Embaixador Afrânio de Melo Franco</i>	LM 1855, 01/09/1970
58°	pai	<i>Rua Pai Tomás</i>	Entre 02/1969 e 1972
60°	sargento	<i>Rua Sargento Filomeno</i>	Entre 02/1969 e 1972
61°	governador	<i>Praça Governador Israel Pinheiro</i>	DM 2384, 13/07/1973
62°	cônsul	<i>Avenida Cônsul Antônio Cadar</i>	LM 2228, 13/09/1973 + DM 2491, 14/01/1974
63°	farmacêutico	<i>Rua Farmacêutico Raul Machado</i>	LM 2670, 02/12/1976
64°	brigadeiro	<i>Avenida Brigadeiro Antônio Cabral</i>	LM 2954, 14/07/1978 + DM 3397, 29/11/1978
65°	papa	<i>Praça (Papa) Paulo VI</i>	LM 2994, 01/11/1978
66°	comandante	<i>Rua Comandante Ary Lopes</i>	LM 3113, 11/10/1979
67°	inspetor	<i>Rua Inspetor José Aparecido</i>	LM 3204, 12/06/1980
68°	motoqueiro	<i>Rua Motoqueiro Leandro Thadeu</i>	DM 4096, 04/12/1981
69°	soror	<i>Rua Soror Ana Angélica</i>	DM 3949, 20/04/1981
70°	maquinista	<i>Rua Maquinista Antônio da Costa</i>	DM 4231, 10/05/1982
71°	prefeito	<i>Túnel Prefeito Souza Lima</i>	LM 3451, 12/05/1982
72°	delegado	<i>Rua Delegado Altamar de Paula</i>	LM 3662, 17/11/1983 + DM 7130, 31/01/1992
73°	cantora	<i>Rua Cantora Maysa</i>	Entre 1983 e 1988
73°	escritor	<i>Rua (Escritor) Lima Barreto e mais 3 denominações</i>	Entre 1983 e 1988

73° escritora	<i>Rua (Escritora) Clarice Lispector e Rua Escritora Zita Machado</i>	Entre 1983 e 1988
73° pintor	<i>Rua Pintor Athayde</i>	Entre 1983 e 1988
73° pintora	<i>Rua Pintora Djanira e Rua Pintora Tarcila</i>	Entre 1983 e 1988
78° pastor	<i>Rua Pastor Francisco</i>	Entre 1983 e 1988
79° pastora	<i>Rua Pastora Jacinta</i>	Entre 1983 e 1988
80° cineasta	<i>Rua Cineasta Schubert Magalhães*</i>	LM 3689, 06/01/1984 + DM 7130, 31/01/1992
81° deputada	<i>Rua Deputada Ivete Vargas</i>	LM 3742, 23/04/1984
82° patrulheiro	<i>Praça Patrulheiro Ídolo Marra</i>	LM 4161, 17/07/1985
83° enfermeira	<i>Praça Enfermeira Geralda Marra</i>	LM 4626, 15/12/1986
84° doadora	<i>Rua Doadora Eliane Stancioli</i>	LM 4747, 10/07/1987 + DM 5717, 25/08/1987
85° radialista	<i>Rua Radialista Armindo Amaral e mais 73 denominações</i>	LM 4832, 05/10/1987
86° geólogo	<i>Rua Geólogo Thomaz de Aquino</i>	LM 4866, 29/10/1987
87° publicitário	<i>Rua Publicitário Antônio Rocha</i>	LM 5114, 19/05/1988 + DM 7028, 19/11/1991
88° pastorinho	<i>Rua Pastorinho Alves Carvalho</i>	LM 5253, 15/09/1988
89° educador	<i>Rua Educador Manoel de Almeida</i>	LM 5453, 09/12/1988
90° diácono	<i>Rua Diácono Francisco Barreto</i>	LM 5524, 11/01/1989
91° farmacêutica	<i>Rua Farmacêutica Mariquinha Noronha</i>	LM 5533, 11/01/1989
92° cheik	<i>Rua Cheik Nagib Assrauy</i>	LM 5560, 18/05/1989
93° cantor	<i>Rua Cantor Luiz Gonzaga</i>	DM 6303, 10/08/1989
94° irmão	<i>Praça Irmão Sulpício</i>	LM 7314, 01/07/1997
95° cabo	<i>Rua Cabo Valério Santos</i>	LM 7387, 17/11/1997
96° soldado	<i>Rua Soldado Manoel Ferreira</i>	LM 7548, 01/07/1998
97° ex-combatente	<i>Rua Ex-Combatente Joaquim Zeferino</i>	LM 7739, 28/05/1999
98° senhor/sr.	<i>Rua Senhor Simeone</i>	LM 7833, 08/10/1999
99° empresário	<i>Rua Empresário Waldir Teixeira</i>	LM 8114, 09/11/2000
100° capitã	<i>Rua Capitã Flaviana de Oliveira</i>	LM 8252, 09/11/2001

101°	promotor	<i>Rua Promotor Francisco Lins</i>	LM 8589, 13/06/2003
102°	tecelão	<i>Rua Tecelão José de Assis</i>	LM 8901, 20/07/2004
103°	garçom	<i>Rua Garçom João Ferreira</i>	LM 9764, 05/10/2009
104°	tio	<i>Praça Tio Mário</i>	LM 9804, 30/12/2009
105°	rotariano	<i>Rua Rotariano Celso de Araújo</i>	LM 9969, 27/09/2010
106°	senhora	<i>Rua Senhora Imaculada Conceição</i>	LM 10306, 09/11/2011
107°	corretor	<i>Rua Corretor Juventino de Jesus</i>	LM 10366, 29/12/2011
108°	desbravador	<i>Praça Desbravador Pedro Henrique</i>	LM 10402, 12/01/2012
109°	tia	<i>Rua Tia Nadir</i>	LM 10673, 04/11/2013
110°	doutora	<i>Praça Doutora Cristiani Moreira</i>	LM 10735, 11/06/2014
111°	compositor	<i>Rua Compositor Dunga</i>	LM 10860, 23/10/2015
112°	reverendo	<i>Praça Reverendo Wilson Lins</i>	LM 11042, 17/03/2017
113°	aluna	<i>Beco Aluna Kellen de Faria</i>	ca. 2017
114°	beato	<i>Rua Beato Donizetti Tavares</i>	LM 11563, 09/08/2023
115°	beata	<i>Rua Beata Isabel Cristina</i>	LM 11564, 09/08/2023
116°	rei	<i>Avenida Rei Pelé</i>	LM 11474, 03/04/2023
117°	reitor	<i>Praça Reitor Ney Soares</i>	LM 11628, 07/12/2023
118°	costureira	<i>Rua Costureira Maria Ignez</i>	LM 11869, 04/07/2025
119°	cardeal dom	<i>Praça Cardeal Dom Serafim</i>	LM 11895, 03/09/2025
120°	seu	<i>Beco Seu Lalá</i>	ca. 2025

César Nardelli Cambraia

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2000), professor titular de Filologia Romântica na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de Produtividade em Pesquisa 1-D do CNPq.

E-mail: nardelli@ufmg.br